

AS RESISTÊNCIAS E A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DIANTE DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO AÇU.

Zilfran Varela Fontenele; Ana Joaquina Barbosa de Souza; Ingrid Jonária da Silva Santos

Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, zilfran@hotmail.com; Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, anna_cg11@hotmail.com; Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, ingridjonaria@gmail.com

Resumo

Este projeto tem como objetivo principal produzir uma pesquisa histórica e social que permita registrar as resistências de camponeses e pequenos proprietários rurais aos impactos da chegada de grandes empresas ligadas ao agronegócio, algumas multinacionais, na região do Vale do Açu. Pretendemos incentivar a pesquisa e a difusão dos conhecimentos acerca da História local e regional, bem como buscamos registrar informações para catalogar e desenvolver materiais escritos e audiovisuais, tais como fotografias, vídeos, entrevistas em áudio, que possam compor um acervo Histórico e etnográfico no qual fiquem registradas e valorizadas as reações e motivações que levaram camponeses e pequenos proprietários locais a preferir se manter em suas terras, preservando a agricultura familiar, resistindo ao avanço do agronegócio na região. Pretendemos ainda observar os impactos dos processos de implantação de grandes empresas de agronegócio na região do Vale do Açu, contemplando uma construção histórica da ocupação e transformações espaciais, impactos socioeconômicos e culturais na população local, especialmente nas zonas rurais dos municípios de Ipanguaçu, Assu e Itajá, com foco especial para a compreensão e análise das razões que levaram algumas famílias camponesas a resistir e manter suas propriedades e formas produção tradicionais, muitas vezes com técnicas transmitidas através das gerações, que passam de pai para filho, e que contribuem para a composição de um patrimônio cultural local, em meio aos latifúndios das grandes empresas agrárias ali implantadas, algumas multinacionais, com grande apoio dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

Palavras-chave: Resistências Camponesas, Agricultura Familiar, Agronegócio.

Introdução

O vale do Assu é uma microrregião situada na mesorregião do Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte. O vale é constituído por nove municípios situados na Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu, que tem suas nascentes em terras paraibanas, se estendendo até o oceano Atlântico, no delta da cidade de Macau - RN. Conforme Silva (1992) e Fernandes (1992), a importância desta bacia se dá por ser a maior em volume de água do estado, tendo importância vital para o abastecimento de água de diversas adutoras do interior potiguar.

A capacidade hídrica da região a colocou em uma situação de atenção governamental para a execução de políticas públicas de combate à seca. Neste sentido, segundo Andrade (1998) e Valverde & Mesquita (1961), desde a década de 1950, foram implantadas políticas governamentais de estímulo à produção agrícola na região, citando como exemplo o apoio do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961) à compra de bombas hidráulicas e canos, bem como a construção de poços

e canais de irrigação. O apogeu das políticas públicas de incentivo à produção agrícola na região veio com o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975 -1979), implantado no governo Ernesto Geisel (1974 -1979), que incluiu o I Plano Plurianual de Irrigação - I PPI (1978) quando foi autorizada a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves - concluída em 1983, e uma série de medidas de incentivo à produção agrícola, que serviriam de suporte para a modernização da agricultura no Vale do Assu e, conseqüentemente, a implantação de uma agricultura de mercado com bases empresariais (VALENCIO, 1995).

Segundo Fernandes (1992), a coordenação do Plano Plurianual de Irrigação - I PPI, coube ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e previa o assentamento de 2812 famílias e a irrigação de 22.000 hectares na região, beneficiando diretamente a mais de 3500 colonos com uma agricultura moderna e irrigada, após a conclusão das três etapas de implantação e execução do projeto, em um período de seis a oito anos. O autor afirma ainda que as famílias de colonos desapropriadas pela construção da barragem teriam prioridade na ocupação do perímetro irrigado, definido segundo estudos realizados por técnicos do DNOCS na região. Os recursos seriam oriundos de financiamentos dos Bancos do Brasil e do Nordeste. Mas não foi isto que aconteceu.

Conforme Valêncio (1995), foram iniciadas as desapropriações no final da década de 1970, tanto na região do Projeto de Irrigação quanto na Bacia Hidráulica, atingindo a um total de 20.250 pessoas. Em seguida, o governo federal, sob a justificativa da crise econômica que atingia o país no final da década de 1970 e início dos anos 1980, suspendeu os financiamentos para investimentos na área desapropriada, o que acarretou desvalorização econômica dos terrenos da área e redução dos valores das indenizações a serem pagas. Foram ainda proibidos aos cartórios locais que imóveis fossem alienados na região, o que desvalorizava ainda mais as terras dos colonos e proprietários locais.

Estas medidas prejudicaram os proprietários locais, especialmente os pequenos e médios, e favoreceram a criação de uma nova dinâmica para o mercado de terras na região do Vale do Assu, abrindo espaço para que grandes grupos econômicos e empresariais se beneficiassem da redução do preço das terras para adquiri-las a baixo custo e, ao mesmo tempo, se beneficiar das estruturas hídricas implantadas e da mão-de-obra barata e ociosa na região, especialmente nas zonas rurais de Ipanguaçu, Assu, Itajá e São Rafael, cidade inteiramente deslocada de sua área original em virtude da construção da barragem, inaugurada em 1983.

Albano (2008) observou como resultados da situação acima colocada, uma redução na agricultura de subsistência na região com a construção da Barragem e mais ainda depois de sua inauguração, intensificada com as compras de terras por grandes empresas rurais interessadas em produzir monoculturas para exportação ou para o mercado interno. Ainda segundo o autor, com a inauguração da Barragem, tem-se o início da vinda dos grandes grupos para a região do Vale do Açu, enquanto o Governo se "esqueceu" dos projetos de assentamentos dos colonos na região.

Pinheiro (1995) identificou alterações na produção regional com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves especialmente na segunda metade da década de 1980. As mudanças ocorreram tanto no eixo produtivo, que passou do extrativismo da cera de carnaúba, pecuária e cotonicultura, para a fruticultura irrigada; como mudanças no mercado de terras, com a chegada de grandes grupos empresariais regionais, nacionais e internacionais. Nas regiões de Assu, Ipanguaçu, Itajá e Carnaubais, podemos destacar a presença de algumas empresas agrícolas: FRUNORTE, AGROKNOLL Ltda., São Guilherme, FINOBRASA, TAISA e AGROVALE.

Já na década de 1990, segundo Albano (2008), em virtude de uma maior inserção do Brasil em um cenário mundial de globalização econômica, houve uma imposição ao país por organismos como o Fundo Monetário Internacional - FMI, de uma maior abertura e incentivo ao agronegócio, em um período que coincide com a chegada da Multinacional francesa *Del Monte Fresh Produce*, que iniciava a aquisição de terras especialmente na região de Ipanguaçu. O autor afirma ainda que a Multinacional *Del Monte Fresh Produce* manteve uma relação diferenciada com o lugar em relação às outras empresas de capital nacional que chegaram lá na década de 1980, pois a empresa possui capital global e financeiro, não dependente de políticas governamentais de crédito para a Agricultura.

Albano (2008) percebeu também que a utilização de insumos e serviços locais pela referida Multinacional é mínimo, diferentemente das empresas nacionais e regionais, que dependiam de insumos e serviços da região do Vale do Açu. Um exemplo é que as sementes e mudas da que a Multinacional passou a utilizar, eram trazidas de Israel, enquanto adubos e os fertilizantes vinham do centro-sul do País.

A chegada desta última empresa na região e suas inovações na organização empresarial e técnica, bem como a independência em relação a apoios financeiros governamentais em virtude de sua capacidade financeira, favoreceram a aquisição de terras das primeiras empresas ali instaladas e de proprietários rurais que ainda mantinham suas terras. Poucos foram os camponeses e pequenos

proprietários rurais, que ainda permaneciam na região, que resistiram às investidas da empresa e decidiram não negociar seus patrimônios, permanecendo com suas terras.

É sobre essas pessoas, que resistiram ao avanço do agronegócio na região, decidindo permanecer em suas terras, mantendo suas práticas tradicionais de agricultura familiar, que esta pesquisa se volta, com o intuito de lhes dar visibilidade e voz, contribuindo para a construção de uma História local e regional a partir da visão e colaboração de sujeitos que vivenciam a realidade retratada e são tradicionalmente marginalizados em diversos aspectos, como no acesso a políticas públicas.

Metodologia

Iniciamos nossa pesquisa com o levantamento de referências bibliográficas acerca dos temas que envolvem a pesquisa, com especial atenção para a questão agrária no Brasil, agronegócio, agricultura familiar e resistências camponesas. Buscamos ainda produções textuais locais acerca da História Local e Regional, bem como políticas públicas de combate às estiagens na região do Vale do Açu.

O nosso objeto de pesquisa se reverte fundamentalmente do elemento humano, orientando-o a uma abordagem qualitativa para a interpretação dos dados em nossa pesquisa, pois é um estudo da "vida diária" (BRAGA, 1988). Neste sentido, a pesquisa etnográfica faz-se inerente a este projeto, marcado pelo trabalho de campo e coleta de dados resultante de um contato direto com a população local para o levantamento e identificação dos resistentes entre camponeses e proprietários rurais que produzem em suas terras no Vale do Assu.

A pesquisa etnográfica é caracterizada ainda por uma inserção na realidade destes camponeses, afim de buscar uma melhor compreensão e construção histórica dos fatores que os levaram a resistir. Acerca de pesquisa etnográfica, encontramos suporte teórico ainda nos trabalhos de Laplantine (2004) e Minayo (1992).

O trabalho de campo é fundamental em nossa pesquisa, e consiste, conforme Herskovits (1963) em dirigir-se ao povo que se pretende estudar, escutar as conversas, visitar os lares, assistir aos ritos, observar o comportamento habitual, interrogar sobre as tradições para obter, mediante o conhecimento direto dos modos de vida, uma visão de conjunto.

Neste projeto, a pesquisa de campo abrange dois momentos. No primeiro, um levantamento na região do Vale do Açu, especialmente nas zonas rurais de Ipanguaçu, Assu e Itajá, para a identificação dos camponeses e pequenos proprietários que mantiveram suas terras, não

cedendo a propostas ou situações que lhes levassem a se desfazer das mesmas. No segundo momento, visitaremos estas propriedades para conhecer os resistentes e realizar entrevistas com os mesmos, bem como produção de imagens fotográficas e audiovisuais que possam compor um acervo de estudos e pesquisas sobre o tema.

Através de entrevistas gravadas em equipamentos de áudio e vídeo, realizadas *in loco*, os pesquisadores entrarão em contato direto com a realidade dos camponeses que resistiram na região à chegada de grandes empresas de agronegócio, buscando compreender suas formas de trabalho, produção e sobrevivência, bem como os motivos que os levaram a persistir, ficando naquele local, recusando-se a negociar suas terras. Nas entrevistas, abordaremos ainda questões relacionadas a políticas públicas e ações governamentais e seus impactos em suas vidas e negócios. As entrevistas permitirão aos pesquisadores conhecer um universo de práticas, crenças e significados destas pessoas, além de sua relação com a terra e o ambiente em que vivem, bem como as tradições produtivas que resistem a formas capitalistas avançadas de produção.

Resultados e Discussão

Os camponeses e pequenos proprietários rurais, ao não negociar suas terras com as grandes empresas de agronegócio, em especial em períodos recentes, posteriores à chegada da multinacional *Del Monte Fresh Produce* na região, preservando suas práticas de agricultura familiar, na maioria das vezes sem apoio governamental, sujeitos aos efeitos das secas e sofrendo grandes pressões dos referidos grupos econômicos, seja através de uma concorrência desleal ou para aceitar se desfazer de suas terras, fugiram à lógica estabelecida.

Cabe às Ciências Humanas e ao historiador valorizar e dar voz a estes elementos de resistência presentes na realidade local, sendo de grande importância o estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, aproximando o historiador do seu objeto de estudo e os alunos pesquisadores de sua realidade. Assim, conforme Fernandes (1995), as narrativas deixam de ser fundamentadas em temas distantes e muitas vezes alheios ao universo da população local para se incorporar aos fenômenos históricos da região, especialmente dos municípios em questão. Desta forma, valoriza-se a construção de uma História plural, sem preconceitos, na qual os excluídos passam a ter voz e têm preservadas e valorizadas suas lutas e conquistas.

Faz-se necessário, portanto, associar a demanda exposta com competências e habilidades de registro e catalogação, a fim de valorizar a memória e preservar os patrimônios locais, sejam eles materiais ou imateriais, como também patrimônios vivos, de acordo com o sentido dado pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ao estimular o desenvolvimento de pesquisadores que iniciam as suas observações na região e municípios em que residem, a pesquisa abre a possibilidade de criar multiplicadores da História local e regional, favorecendo análises históricas e sócio antropológicas sobre a realidade econômica, social, cultural e os espaços de convívio.

As Ciências Humanas em geral e a disciplina de História no ensino médio devem ser utilizadas como instrumentos de estímulo aos estudantes a conhecer e se inserir criticamente em suas realidades locais, identificando, observando e respeitando as diversidades culturais locais, elementos necessários para um convívio igualitário entre eles. Faz-se necessário estimular os alunos a conhecer as potencialidades e perspectivas históricas, sociais, econômicas e culturais do Vale do Açu, eliminando visões distorcidas de que se trata de uma região pobre e sem perspectivas. Ao desconstruir o que Chamamanda Adichie identifica como o "perigo da História Única", estimulamos a pesquisa histórica e o registro de versões, histórias, desenvolvimentos e evoluções dos espaços rurais e urbanos das cidades que circunscrevem o vale do Assu, em especial Ipanguaçu, onde está localizado o campus do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN.

Esta pesquisa nos abre possibilidades de leituras e representações sobre a história de pessoas simples e comuns da região, que ousaram manter suas práticas agrícolas na contramão de uma nova ordem que se estabelecia. Permite ainda que sejam promovidas visões diferentes das difundidas oficialmente, ou seja, que a chegada de grandes empreendimentos, obras e empresas de agronegócio trazem somente benefícios à população local. Faz-se necessário o entendimento das intervenções do poder público e de empresas privadas, por vezes anacrônicas e muito impactantes, para que se realize o uso adequado dos equipamentos locais, promovendo discussões acerca de questões de sustentabilidade ambiental, social e cultural.

Este tipo de pesquisa, contando com a participação de professores e alunos do IFRN, cria espaços e canais de diálogo sobre a temática dentro do ambiente escolar, e deste ambiente com a região na qual que está inserido. Desta forma, tende-se a construir um engajamento dos estudantes com elementos da História, memória e do registro destas memórias e patrimônios locais, desenvolvendo produtos que possam ser ampliados para as comunidades e localidades em geral, como próprios de seus acervos, reapropriando-se da própria pesquisa. As iniciativas de construção de acervo histórico são salutares em uma região que carece da valorização do próprio local de moradia da maioria dos estudantes do IFRN, demonstrando, através do relato destas resistências

camponesas no Vale do Açu, a possibilidade de cada um construir a sua própria História e tomar para si a responsabilidade sobre seu destino e o de sua família.

Valorizar a História Local permite ao professor incentivar uma inserção e construção de significados do passado e presente dos alunos, já que os livros didáticos privilegiam apenas um tipo de conhecimento histórico universalizado em temas de História Geral e do Brasil, muitas vezes sem significado para os alunos, “uma história distante de seu tempo presente, de suas experiências de vida, de suas expectativas e desejos.”(FERNANDES, 1995, p. 04)

A função básica da História é a construção de cidadãos críticos, estimulando no aluno uma "(...) reflexão de natureza histórica, para que pratique um exercício de reflexão crítica, que o encaminhe para outras reflexões, de natureza semelhante, na sua vida e não só na escola." (FERNANDES, 1995, p. 03)

Os alunos do IFRN - Ipanguaçu, que é uma escola agrícola, voltada a pesquisar e produzir conhecimentos que incentivem o desenvolvimento da região, estão inseridos em uma realidade onde convivem o agronegócio, a seca, políticas públicas de combate à estiagem que acabam por não beneficiar a todos (VALÊNCIO, 1995), camponeses e pequenos proprietários rurais, além de assentamentos e terras improdutivas. Ou seja, vivem e sobrevivem em meio a elementos e problemas que constituem a questão agrária no Brasil.

Partindo deste princípio de valorização da História Regional e Local, consideramos importante desenvolver pesquisas em âmbito local, incentivando a participação de alunos dos cursos Técnicos Integrados do IFRN - Campus Ipanguaçu, em especial os cursos de Agroecologia e Meio Ambiente, o que pode e deve incentivar o conhecimento e consciência de sua inserção crítica na produção e construção de seu cotidiano.

Observamos também que a nível médio e em cursos técnico e integrado no estado do Rio Grande do Norte, ainda é incipiente a prática de tais registros historiográficos acerca dos impactos de grandes intervenções empreendidas pelos poderes públicos, basicamente localizado em algumas cidades e em poucos vieses sobre percepções e mudanças da memória local sobre os acontecimentos (SAHLINS,1990) que demarcam diacronicamente a região, seja nas histórias de vida relatadas (BERTAUX, 2010; PASSEGGI, 2008) que trazem aspectos comuns entre todos os moradores da região, como também nas observações diretas realizadas *in loco*.

Diante do exposto, é importante o incentivo à pesquisa e produção de conhecimentos sobre aspectos da História Local e Regional, o que justifica o interesse em estimular entre os alunos a vontade de identificar e conhecer os casos de resistências camponesas à chegada do agronegócio na

região do Vale do Açu, bem como a preservação de práticas de agricultura familiar, que compõem um patrimônio cultural local e regional, como elementos que compõem a realidade na qual estão inseridos.

Conclusão

Os estudos de História Local e Regional ganharam notoriedade no final do século XX, a partir de novas concepções metodológicas orientadas pela História Nova, resultante da Escola dos Annales, surgida na França em 1929, que passou a defender uma abordagem historiográfica fundamentada pela diversificação no conceito de fonte histórica.

Segundo Oliveira (2003), a Nova História contribuiu para uma renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, com a diversificação dos objetos, problemas e fontes. Assim, a História Regional se constitui em uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica: "Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular". (OLIVEIRA, 2003, p. 15)

Nesta perspectiva, ganha viabilidade o estudo de aspectos das diversas realidades locais, ampliando-se a visão dos historiadores, que substituíram a noção tradicional da narrativa histórica para buscar uma história problema, que valoriza aspectos da realidade e do cotidiano das pessoas simples. Burke (1992) afirma que toda a atividade humana passou a interessar para a História. Segundo o autor, podemos nos deparar com "várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. (...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma "construção cultural", sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço". (BURKE, 1992, p. 11).

Assim podemos observar a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, aproximando o historiador e o aluno pesquisador do seu objeto de estudo: a realidade em que estão inseridos. As narrativas deixam de abordar temas distantes de suas realidades para incorporar fenômenos históricos da região e dos municípios em que vivem, favorecendo a construção de uma história plural, desprovida de preconceito, onde os excluídos passam a ter voz. Nesta perspectiva, historiador estuda e pesquisa uma História do que "(...) é encontrado dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos."(SAMUEL, 1990, p. 220)

A agricultura familiar e suas práticas, com destaque para o processo produtivo e a convivência com a seca, constituem um patrimônio cultural da região Nordeste, que resiste ao avanço de técnicas produtivas e, na maioria das vezes, que degradam o meio ambiente, normalmente promovidas pelas empresas ligadas ao agronegócio. Estas últimas, especialmente a multinacionais, não possuem ligação afetiva com o local, diferentemente dos camponeses locais. Assim, incentivar a pesquisa destas resistências camponesas e suas práticas ligadas à agricultura familiar permite ainda a preservação do patrimônio cultural que representam.

Registrar historicamente estas resistências de camponeses do Vale do Assu, significa dar voz aos que decidiram ser donos seus destinos, como construtores ativos de sua História. Significa mostrar que sempre existem alternativas, muitas vezes repletas de dificuldades, a situações impostas às populações locais.

Referências

ALBANO, G.P. **Globalização da Agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, M.C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRAGA, C.M.L. A etnometodologia como recurso metodológico na análise sociológica. **Ci. Cult.** v.40, n.10, p.957-66, out., 1988.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História** – Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

FERNANDES, A.A. **Autoritarismo e resistência no Baixo Açu**. Natal: CCHLA, 1992.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

HERSKOVITS, M.J. **Antropologia cultural**: o homem e seu trabalho. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem. 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil:** fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana/ Salvador, UEFS: ed. Arcádia, 2002.

PASSEGGI, M. da Conceição (Org.). **Tendências da pesquisa (auto) biográfica.** Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAHLINS, M. **Age de Pierre, age d'abondance:** L'économie des sociétés primitives. Paris: Gallimard, 1976.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História.** Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SILVA, A.G. da. **A Parceria na agricultura irrigada no Baixo Açu.** Natal: CCHLA, 1992.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul:** Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX. Salvador: UNEB, 2003.

TAMASO, Izabela M; LIMA FILHO, Manuel F.(Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural:** trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

VALENCIO, N.F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura do semi-árido. (Coleção Vale do Açu, v. 8). Natal: Ed. Universitária UFRN, 1995.

VALVERDE, O.; MESQUITA, M. 1961. Geografia Agrária do Baixo Açu. **Revista Brasileira de Geografia.** v. 23, n. 3, p. 455-494.